

Richa quer Constituinte suspensa para debate sobre a atual situação

Maciel espera Sarney ajude a fixar pacto

BRASÍLIA — O governo está disposto a contribuir um pacto político, disse ontem o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, que está propondo esse entendimento a todos os dirigentes partidários. Ontem, depois de levar suas propostas ao Líder do PDC no Senado, Mauro Borges (GO), Maciel observou que, por falta de entendimento entre as forças políticas, a Constituinte está trabalhando há cinco meses sem chegar a um projeto.

— Não estou representando o Presidente Sarney, mas acho que ele será o executor dessas medidas de entendimento, que irão além da Constituinte, se conseguirmos um acordo, disse Maciel, acrescentando que Sarney conhece as gestões que desenvolve.

BRASÍLIA — Suspender temporariamente os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para que sejam debatidos os problemas conjunturais, "que estão gerando um descontrole geral no País". Esta é a proposta que o Senador José Richa (PMDB-PR) está formulando "ao pé de ouvido" a várias parlamentares, ainda sem uma avaliação precisa da sua receptividade.

— Não quero ser alarmista — diz ele, recordando os seguidos incidentes no Rio de Janeiro — mas me pergunto se não é hora de interrompermos este trabalho (o da Constituinte), que está mais voltado para o futuro, a fim de discutirmos o presente, que está beirando o caos. Esta situação pode acabar atropelando a Constituinte. Quando ela for atropelada é porque todo o resto — o regime de transição — já terá sido atropelado.

Richa, que compareceu ontem ao coquetel de lançamento do livro do ex-Governador de São Paulo Franco Montoro, "Os Três Segredos", se disse perto da desilusão:

— Já fui mais otimista com relação à Constituinte. O que nós tivemos até agora é pior do que a atual Constituição. Os fatores conjunturais e este calendário nos pressionando podem nos levar a aprovar uma Carta de direita e não é verdade que a população brasileira esteja à direita.

No coquetel, o Senador encontrou um opositor à sua tese no Deputado Maurício Fruet, também do PMDB paranaense e principal responsável pela convocação da Convenção do Partido a se realizar nos próximos dias 17 e 18.

— E certo — afirmou Fruet — que estamos numa igreja em meio a um incêndio. Está assim desde que a Constituinte se instalou, mas só agora demos conta disso com os incidentes envolvendo o Presidente Sarney e a quebra dos ônibus no Rio. E a revolta contra os compromissos não cumpridos, a começar do próprio Presidente ao estabelecer uma mandato de cinco anos.

No mesmo encontro estava o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, que prega um mandato de quatro anos para Sarney e "torce" para que os incidentes no Rio sejam episódios isolados.

— Agora — observou Covas — se é verdade que os manifestantes foram preparados com gasolina para incendiar os ônibus, o problema ganha proporções. Mas prefiro acreditar



Richa se confessa pessimista

que se trata de coisa isolada. Não acredito em nada organizado nem do lado de cá nem do lado de lá. (direita).

Já o Senador Richa admite um paralelo entre os fatos ocorridos no Governo Figueiredo, na época da aprovação da Lei da Anistia, e os atuais no Governo Sarney, em meio à aprovação de uma nova Carta. "As situações são semelhantes", comentou.

Ele e Covas concordaram num ponto: o Governo não deveria utilizar a Lei de Segurança Nacional para punir eventuais responsáveis pelos incidentes. Covas disse a Richa: "Só nós dois defendemos este ponto de vista. Precisamos falar com o Ulysses. Será que ele está mesmo defendendo a aplicação desta lei?". Richa concordou: "Vamos falar com ele".

O Líder do PMDB na Constituinte afirmou que a Lei de Segurança Nacional é anacrônica e retrógrada, completando:

— Será que não temos leis suficientes para punir os culpados sem termos novos presos políticos? Daí a se falar em guerrilha urbana é um passo.

Franco Montoro entrou na conversa. Disse ter dado exemplos democráticos quando seu governo em São Paulo passou por crises agudas como no episódio da derrubada das grades do Palácio dos Bandeirantes.

— Queriam que eu prendesse, partisse para o confronto. Resolvi tudo de forma democrática e entreguei o Estado pacificado.



Fernando Henrique com Ulysses Guimarães na Constituinte

Luiz Henrique propõe acordo entre as forças democráticas

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, pregou, ontem, um entendimento entre todas as forças democráticas para garantir a transição política, caso continuem a ocorrer fatos como os de ontem no Rio de Janeiro, considerados por ele como muito graves.

— Estou preocupado com o processo democrático. A perturbação da ordem pública pode levar a tudo — alertou.

No plenário da Câmara, Luiz Henrique procurou os Líderes do PT e do PDT, respectivamente Luiz Inácio Lula da Silva e Brandão Monteiro.

— Temos que sentar, conversar e nos entender — propôs — Vai chegar o momento em que as forças democráticas terão de sentar à mesa e pactuar o fim do processo de transição. As forças antidemocráticas, ajudadas por setores que perderam o poder, têm interesse na deterioração da democracia.

Luiz Henrique criticou o Governo por ter usado a lei de Segurança Nacional no caso da agressão ao Presidente Sarney. Disse que a prisão incomunicável por um prazo de 30 dias é incompatível com o momento democrático, o

mesmo acontecendo com o julgamento pela Justiça Militar.

— Entendo que se deveria usar os instrumentos do Código Penal, que são mais condizentes com a democracia — frisou.

O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, também lamentou os acontecimentos de ontem à tarde no Rio, que, disse, trazem riscos de toda a ordem.

— Mas não acredito que isso possa justificar uma intervenção militar no Rio — afirmou.

Ulysses concordou em que o entendimento entre as forças democráticas, em um momento como o atual, é muito bom.

— A transição não corre risco. O que houve é lamentável, mas ocorre no mundo inteiro — acrescentou.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, disse que não consegue indentificar um responsável, nem forças organizadas, no comando de ações de violência urbana. Mas perguntou:

— Quem é que tem interesse num retrocesso? O povo já se decidiu pela transição democrática. Golpe é palavra que risquei do meu dicionário.

Relator evita comentar crítica ao anteprojeto

BRASÍLIA — O Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não quis comentar as declarações do Presidente José Sarney, segundo as quais o relatório que elaborou tornaria o País ingovernável. Ele desaprovou a possibilidade de discutir o mérito da parte relativa às questões sobre Família, Educação, Ciência, Tecnologia e Comunicação, admitida anteontem pelo Presidente da Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Em seu entender, em qualquer hipótese, a Comissão só deve ter poder de modificar depois que o projeto passar pela primeira vez no plenário.

Bernardo Cabral disse que "há um equívoco" nas críticas que lhe vêm sendo feitas, pois afirma ter apenas "relatado o resultado dos trabalhos das Comissões Temáticas".

O Relator acredita que somente poderá receber "críticas ou elogios" depois que o projeto receber as emendas de plenário, numa etapa prevista para o final de julho.

Empresários advertem Cabral de que estabilidade vai provocar demissões

BRASÍLIA — Os dirigentes de Federações de Indústrias de todo o País manifestaram ontem ao Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a preocupação de que a proposta de estabilidade no emprego para os trabalhadores provoque demissões maciças, numa ação preventiva dos empresários para evitar as restrições decorrentes da decisão. A redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais, outra proposta em tramitação na Constituinte, não foi objeto de contestação dos empresários, sob a justificativa, segundo Cabral, de que a evolução tecnológica induz ao menor número de horas trabalhadas.

Na reunião realizada ontem na sede da CNI, os empresários criticaram a proposta da Constituinte de proibir a cobrança de contribuição das empresas para a manutenção de entidades de treinamento de mão-de-obra e de lazer mantida pelos industriais — Sesi



Cabral ouviu também a Contag

e Senai — e pelos empresários do comércio Sesc e Senac. O Diretor-Geral do Senai, Arivaldo Fontes, que participou da reunião, lem-

brou que o Senai foi fundado há 45 anos e, desde então, vem sendo mantido e gerido pelos empresários privados com sucesso. Tanto que o Senai mantém, hoje, 18 escolas técnicas em todo o País, preparando-se para inaugurar mais oito, enquanto o Governo matém apenas 21 escolas.

Cabral reuniu-se também dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pela manhã. Sua preocupação, como justificou ontem após o encontro com os empresários, é a de ouvir setores variados da sociedade sobre os temas tratados na Constituinte.

Com os dirigentes da Contag, Bernardo Cabral colheu a preocupação com possíveis retrocessos no texto constitucional em relação ao Estatuto da Terra, atualmente em vigor. A reunião foi solicitada, segundo ele, pela própria Contag, que ouviu esclarecimentos sobre a possibilidade de influenciar os constituintes nesta fase dos trabalhos.